



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Muito além das emendas

O relator do Auxílio Brasil, deputado Marcelo Aro (PP-MG), não aceitará parte temporária no benefício e, desse jeito, o governo, se quiser um benefício maior, terá que furar o teto, algo que a equipe econômica não aceita. A ida ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi justamente para saber se é possível aprovar logo a PEC dos Precatórios.

Vale lembrar

Embora seja filiado ao Republicanos, o relator da PEC dos Precatórios, deputado Hugo Motta, da Paraíba, toca de ouvido na banda de Arthur Lira.

Onde vai pegar

Se a Câmara conseguir votar a PEC dos Precatórios ainda este mês, o governo ficará à mercê de... Davi Alcolumbre (DEM-AP). Enquanto presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o senador não consegue mais reunir a CCJ sem ser cobrado sobre a sabatina de André Mendonça para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Está tudo parado por lá. E o mesmo corre o risco de acontecer com essa PEC crucial para o governo.

E o Orçamento, hein?

A dificuldade do governo em arrumar recursos para o Auxílio Brasil promete travar ainda a análise do Orçamento do ano eleitoral. Já tem muita gente dizendo que, na falta de recursos para o novo Bolsa Família, os congressistas terão que fazer a parte deles, cancelando as emendas de relator para o ano que vem.



Atraso nas "entregas" contamina ambiente político

A demora do governo em liberar emendas e cargos, associada ao fato de o presidente Jair Bolsonaro hesitar muito para escolher um partido, acabou por contaminar a agenda de votações do Congresso e as negociações em torno dos projetos. São apenas sete semanas até o recesso e o Planalto não tem um consenso sobre o financiamento do Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família; sobre prorrogação do auxílio emergencial, que está acabando; e nem consegue um consenso para votar a proposta de emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios. Nesse cenário, reformas estruturantes, como a tributária e a administrativa, nem pensar.

Os deputados estão meio irritados com a demora de Bolsonaro em escolher um partido. Há, hoje, a certeza de que o presidente exigiu demais. Primeiro, queria um partido seu, o Aliança pelo Brasil, que não decolou. Depois, fez uma série de exigências rechaçadas por quem tem poder de mando nas grandes agremiações. Agora, terá que ingressar quase que "de favor" num partido maior.

Bolsonaro, porém, continua convicto de que, mais à frente, os partidos vão lhe estender o tapete vermelho — ou melhor, verde e amarelo, porque vermelho é a cor do PT. Quanto às reformas, já é outro problema. Sabe como é: onde falta dinheiro, não há mágica que resolva.

Jose Varela/CB/D.A Press - 26/8/04

CURTIDAS



Se o Paulo Guedes conseguir sair dessa com vida, pode mudar para Hollywood e protagonizar 'Duro de Fritar'

Do cientista político Paulo Kramer (foto), sobre a situação de desgaste a que os políticos têm submetido o ministro da Economia

Saldo tucano I/ Os integrantes do PSDB, das mais variadas tendências, avaliaram que o primeiro debate entre Arthur Virgílio, Eduardo Leite e João Dória terminou com a vantagem para o governador paulista. Dória, logo depois do encontro, fechou o apoio do partido no Rio Grande do Norte. No quesito propostas, porém, empataram.

Saldo tucano II/ O Rio Grande do Norte é o quinto estado em número de filiados. As contas indicam que, se Eduardo Leite não conseguir quebrar a preferência por Dória em São Paulo, vai ser difícil chegar lá.

Deu no NYT/ O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), virou personagem do *The New York Times*. Publicou declarações dele responsabilizando o presidente Jair Bolsonaro pela tragédia da pandemia no Brasil. Hoje, com a leitura do documento, que tem mais de mil páginas, o Senado pode se preparar para uma longa sessão e muita confusão.

ELEIÇÕES / Pré-candidato ao Planalto, Luiz Felipe D'Ávila considera que o centro deve chegar unido contra os extremos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



D'Ávila: postulantes da 3ª via devem se submeter ao escrutínio do eleitor

Para Novo, 3ª via deve convergir

*BERNARDO LIMA

A terceira via deve ter apenas um representante nas eleições presidenciais de 2022 e, à medida que haja convergência na direção de um nome, todos os demais devem se engajar para torná-la capaz de ser competitiva contra os extremos representados por Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. A avaliação é do cientista político Luiz Felipe D'Ávila, pré-candidato ao Palácio do Planalto pelo partido Novo.

"Todos nós, que estamos disputando esse espaço, temos perfeita consciência e espírito público de que é preciso ter uma única candidatura da terceira via em 2022. O que vamos fazer como candidatos, tanto eu como (Eduardo) Leite, (João) Dória, (Luís Henrique) Mandetta e outros é ver qual o mais capaz na construção de um discurso político que conquiste a maioria do eleitorado", afirmou, em entrevista, ontem, ao programa *CB.Poder*

— uma parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

Mas isso não quer dizer que esses que pleiteiam a possibilidade de representar a terceira via não deixem de se submeter à avaliação do eleitor. Para D'Ávila, é importante que todos testem a popularidade que têm. "É hora, sim, de o centro apresentar seus nomes, para que a gente possa descobrir qual é o candidato que vai ganhar mais confiança do eleitorado, o que certamente será mostrado pelas pesquisas de opinião", explicou.

As reformas econômicas de teor liberal terão ênfase na pré-campanha de D'Ávila, pois defende que somente dessa forma o país poderá prosperar. "O pensamento do Novo é: vamos avançar com a agenda liberal na economia, porque, se não houver crescimento econômico, não haverá emprego e renda. Sem isso, não há como resolver os problemas sociais do país", defende.

* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

App AGORA É LEI

Baixe e tenha seus direitos na palma da mão.

EDUCAÇÃO

Conheça todas as leis que orientam a educação no DF na ponta dos dedos.

A Câmara Legislativa está sempre se modernizando para estar cada vez mais perto de você, morador do DF. Quer um exemplo? O novo app AGORA É LEI. Nele você encontra mais de 6 mil leis aprovadas pela Câmara Legislativa nos últimos 30 anos, divididas por assuntos, por número ou por autoria. Como a Lei 6.878/2021, que dispõe sobre a criação do Programa Inter Ciências Brasília - PICB.

Isso é mais transparência. Isso é a Câmara Legislativa.

Faça o download do app AGORA É LEI.